

É um projeto que vai destruir os serviços públicos estaduais, sobretudo porque destrói os próprios servidores públicos. Ele congela os salários, as promoções, aumenta a contribuição previdenciária de cada servidor público (de 11 para 14%), acaba com os concursos públicos, incentiva as terceirizações e altera, também, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Faz uma espécie de reforma do Estado esse PLP nº 257.

Inclusive, ele vai implodir o sistema Judiciário brasileiro, porque, ao se impor um limite reduzido de gasto com o pessoal no Judiciário e no Ministério Público, nós vamos ter uma saída monstruosa de funcionários dos tribunais de Justiça e, também, dos Ministérios Públicos em todo o Brasil. Haverá um esvaziamento. Se a Justiça, hoje, já é morosa, será mais ainda, porque esse PLP, além de tudo, praticamente destrói o Poder Judiciário, expulsando os seus servidores, que já vivem com os seus salários extremamente arroxchados. Falo dos servidores estaduais.

Por tudo isso, estamos fazendo um apelo a cada líder partidário e a cada deputado, para que mobilize a sua bancada em Brasília. O nosso partido, o PSOL, já está obstruindo. Já está em obstrução total a esse PLP, em Brasília. É importante que todos os partidos se mobilizem contra esse ajuste fiscal, o PLP nº 257, que vai destruir os servidores.

Vai acabar com os professores, com os médicos, com os servidores da Segurança Pública, do sistema prisional, de todas as secretarias. Os servidores da Assembleia Legislativa serão frontalmente afetados pelo PLP nº 257. Haverá congelamento de salários, confisco salarial, congelamento de todas as promoções. É o fim do quinquênio e da licença-prêmio. É o fim de tudo. Haverá aumento da Previdência. O servidor vai pagar 14 por cento. É um verdadeiro confisco salarial e ele está sendo debatido agora.

O Temer quer aprovar esse confisco para fazer um ajuste fiscal e aumentar a cumulação capitalista. Por isso, faço um apelo a todos os parlamentares, para que mobilizem as suas bancadas em Brasília. Depois, será tarde demais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 07 minutos.

3 DE AGOSTO DE 2016 99ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: WELSON GASPARINI, JOOJI HATO, FERNANDO CAPEZ e CARLÃO PIGNATARI
Secretário: ORLANDO BOLÇONE

RESUMO

1 - WELSON GASPARINI Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI Discute proposição, em tramitação na Câmara dos Deputados, cujas medidas de ajuste fiscal prejudicarão, em sua avaliação, os servidores públicos. Crítica o conteúdo do projeto, bem como outras medidas econômicas do governo Temer, iniciadas na gestão do PT. Faz apelo a seus pares do Congresso Nacional pela obstrução à votação do projeto em pauta.
3 - JOOJI HATO Assume a Presidência. Por solicitação do deputado Itamar Borges, informa o cancelamento da sessão solene, antes convocada para o dia 11/08, às 20h, que teria a finalidade de comemorar o "Dia do Agricultor".
4 - ORLANDO BOLÇONE Acentua a importância dos debates em torno do desenvolvimento local por meio da sustentabilidade econômica, social e ambiental, itens os quais defende. Comenta crise de desemprego enfrentada pelo Brasil. Declara a necessidade de apoio aos pequenos empreendedores.
5 - WELSON GASPARINI Pronuncia-se a respeito de artigo publicado no jornal "O Estado de São Paulo", que aborda a questão da corrupção e seu combate histórico pela ordem maçônica . Comenta o apoio que a Maçonaria presta à formação estratégica de novas lideranças políticas comprometidas com a ética pública.
6 - SEBASTIÃO SANTOS Comenta projeto de lei, de sua autoria, que aborda a utilização de drones nas atividades de fiscalização da polícia ambiental. Enumera as vantagens do uso do equipamento.
7 - WELSON GASPARINI Assume a Presidência.
8 - JOOJI HATO Comenta o início das Olimpíadas no Brasil na presente semana. Faz convite para sessão solene em homenagem às vítimas das bombas atômicas no Japão, na próxima semana. Defende o uso de fontes de energia alternativas. Pronuncia-se sobre ocorrência de assalto no Parque da Juventude. Mostra reportagem relacionada ao tema. Aborda possíveis medidas de segurança para prevenir situações de violência.
9 - ED THOMAS Lamenta o falecimento de funcionário da Assembleia Legislativa, Sr. Natal Calabro Neto.
10 - JOOJI HATO Oferece condolências à família de Natal, em nome do PMDB.
11 - CARLOS GIANNAZI Pronuncia-se a respeito do que julga serem pautas ideologicamente conservadoras em andamento nas casas legislativas de todo o País. Cita como exemplo as propostas do Estatuto da Família, de alteração do Estatuto do Desarmamento e da redução da maioridade penal. Tece críticas a respeito de projetos conhecidos como "Escola sem Partido", os quais considera inconstitucionais. Enumera problemas enfrentados pela Educação Pública, sobre os quais considera necessário o debate. Defende o PL 587/16, de sua autoria.
GRANDE EXPEDIENTE
12 - CARLOS GIANNAZI Pelo art. 82, diz estar perplexo com o governador Geraldo Alckmin em razão do veto ao PL 660/14, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Referência de Diagnóstico e Tratamento de Pessoas com Síndrome Pós-Pólio e Doenças Neuromusculares. Diz ter sido o projeto construído coletivamente com grupos da sociedade. Menciona que nas razões do veto o governo estadual reconhece a importância da proposta, mas diz ser a mesma de iniciativa do Executivo. Ressalta a omissão do Governo em relação a este assunto.
13 - CARLOS GIANNAZI Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

14 - PRESIDENTE WELSON GASPARINI Defere o pedido e suspende a sessão às 15h45min.

ORDEM DO DIA

15 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h32min.

16 - CARLÃO PIGNATARI Solicita prorrogação da sessão por 30 minutos.

17 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Coloca em votação e declara aprovado o requerimento, do deputado Carlão Pignatari, de prorrogação da sessão por 30 minutos. Convoca, para hoje, reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Assuntos Desportivos e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a ter início às 19 horas e 05 minutos.
18 - CARLÃO PIGNATARI Solicita a suspensão dos trabalhos até as 19 horas e 25 minutos, por acordo de lideranças.

19 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Defere o pedido e suspende a sessão às 16h33min.

20 - CARLÃO PIGNATARI Assume a Presidência e reabre a sessão às 19h28min.

21 - CAUÊ MACRIS Solicita a prorrogação da sessão por duas horas.

22 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI Coloca em votação e declara aprovado o requerimento, do deputado Cauê Macris, de prorrogação da sessão por duas horas.

23 - PAULO CORREA JR Solicita verificação de presença e, na sequência, verificação de votação.

24 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI Defere o pedido de verificação de votação. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico. Convoca, para hoje, reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Assuntos Desportivos e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a ter início cinco minutos após o término da presente sessão.

25 - CEZINHA DE MADUREIRA Para questão de ordem, indaga acerca do processo de verificação de votação.

26 - PAULO CORREA JR Para questão de ordem, afirma ter feito pedido de verificação de presença antes de solicitar verificação de votação.

27 - WELLINGTON MOURA Para questão de ordem, insiste que o deputado Paulo Correa Jr. apresentou pedido de verificação de presença.
28 - CEZINHA DE MADUREIRA Para questão de ordem, concorda com o deputado Wellington Moura quanto à apresentação de pedido de verificação de presença.

29 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI Mantém o processo de verificação de votação, já em andamento. Convoca uma sessão extraordinária, a ter início às 20 horas de hoje.

30 - CARLOS GIANNAZI Declara obstrução da bancada do PSOL ao processo de votação.

31 - JOSÉ ZICO PRADO Declara obstrução da bancada do PT ao processo de votação.

32 - MARTA COSTA Declara obstrução da bancada do PSD ao processo de votação.

33 - CEZINHA DE MADUREIRA Declara obstrução da bancada do DEM ao processo de votação.

34 - MARCOS DAMASIO Declara obstrução da bancada do PR ao processo de votação.

35 - DAVI ZAIA Declara obstrução da bancada do PPS ao processo de votação.

36 - GILENO GOMES Declara obstrução da bancada do PSL ao processo de votação.

37 - CARLOS CEZAR Declara obstrução da bancada do PSB ao processo de votação.

38 - ANTONIO SALIM CURIATI Declara obstrução da bancada do PP ao processo de votação.

39 - ITAMAR BORGES Declara obstrução da bancada do PMDB ao processo de votação.

40 - CORONEL TELHADA Declara obstrução da bancada do PSDB ao processo de votação.

41 - WELLINGTON MOURA Declara obstrução da bancada do PRB ao processo de votação.

42 - PAULO CORREA JR Declara obstrução da bancada do PEN ao processo de votação.

43 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI Registra as manifestações. Anuncia o resultado da verificação de votação, que não atinge número regimental. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 05/08, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão extraordinária, prevista para as 20 horas de hoje. Encerra a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Welson Gasparini.

O SR. PRESIDENTE - WELSON GASPARINI - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Orlando Bolçone para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - ORLANDO BOLÇONE - PSB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - WELSON GASPARINI - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Pedro Tobias. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Wellington Moura. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Engler. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ângelo Perugini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel

Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Milton Vieira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Aldo Demarchi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Welson Gasparini, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, ontem eu havia alertado V. Exas. para o debate que estava ocorrendo na Câmara dos Deputados sobre o PLP nº 257, que é um dos projetos em pauta hoje que trata do ajuste fiscal contra os trabalhadores, em especial contra os servidores públicos.

Por conta da pressão das entidades representativas dos servidores e dos trabalhadores, o governo adiou a votação para a semana que vem, mais precisamente na segunda-feira. Porém, a matéria continua na pauta e o governo está mobilizando toda a sua base de sustentação para aprovar esse famigerado projeto que vai destruir os servidores públicos, mas, sobretudo vai destruir os serviços públicos do Brasil.

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

Ao colocar a questão da renegociação das dívidas do Estado com a União, o projeto de lei obriga os estados a arrochar, a confiscar os salários dos seus servidores. Eu fico imaginando como será aqui em São Paulo, onde os salários já são arrochados e defasados. Em São Paulo, o governo Alckmin não cumpre a data-base salarial há muitos anos. Já há um confisco, já há um congelamento de salários produzido pelas gestões, pelas administrações do PSDB.

Agora, com esse projeto de lei que o governo Temer pretende aprovar, a situação vai ficar muito pior. O projeto congela salários, congela as promoções, como o quinquênio, a sexta-parte. Todas essas promoções são congeladas, aumenta a alíquota de desconto da Previdência Social, dificulta ainda mais o gasto, o investimento nos servidores. É um projeto extremamente perverso, que deixa para os servidores o pagamento da conta da crise econômica.

Esse projeto é irmão da PEC 241, que também retira dinheiro da Educação, da Saúde, da Segurança e da Previdência, toda essa pauta conservadora do governo Temer, como a reforma da Previdência, que está sendo preparada pelo banqueiro e ministro da Fazenda Henrique Meirelles. Nós temos uma pauta econômica conservadora contra os trabalhadores em curso no Brasil, que é o grande golpe na verdade.

O grande golpe, hoje, no Brasil, é o golpe do ajuste fiscal. Ajuste que foi colocado em curso pela presidente Dilma, porque esse PLP que eu estou citando é da Dilma, é do PT, Partido dos Trabalhadores, que protocolou um projeto contra os trabalhadores, o PLP 257, em março deste ano. Mesmo com todos os nossos apelos para que a ex-presidente Dilma retirasse o projeto contra os trabalhadores, ela não retirou, deixou para o Temer aprovar.

A PEC 241 vem nessa linha também, a DRU, que também era da presidente Dilma, a Desvinculação das Receitas da União, foi aprovada em primeira votação na Câmara dos Deputados. Logicamente que o Temer pretende aprovar, porque se a Dilma ia fazer ajuste fiscal contra os trabalhadores, imagine o Temer, que não tem nenhum compromisso com os trabalhadores, ao contrário, o Temer é um político que vem do submundo da política, do esgoto da política. Ele tem ligações com Renan Calheiros, com Cunha, com todos esses políticos extremamente conservadores e que estão envolvidos em vários escândalos de corrupção. Nós temos um presidente interino da República que, com certeza, para agradar o deus mercado financeiro, pretende fazer a reforma contra os trabalhadores. Todas essas reformas, todos esses projetos que eu citei são contra os trabalhadores.

Nós temos que fazer oposição, nós temos que obstruir essas votações, mobilizar a população. No caso do PLP 257, que, por conta dessa mobilização, não fora aprovado ontem, temos que continuar vigilantes e mobilizados, porque o Temer pretende votar com a sua base governamental na segunda-feira.

Faço um apelo, em primeiro lugar, aos deputados da Assembleia Legislativa. Cada deputado daqui está vinculado a um partido e cada partido daqui tem assento também na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. É importante que cada deputado que tenha compromisso com os servidores, com os professores, com os médicos, com as enfermeiras, com os servidores da Segurança Pública e do Sistema Prisional pressione a sua bancada federal a obstruir a votação. É o que nós estamos fazendo. Nossa bancada do PSOL está obstruindo sistematicamente a votação do PLP 257. É importante que todos os deputados façam isso, porque o ajuste fiscal é o grande golpe contra os trabalhadores, é a retirada de direitos trabalhistas previdenciários e sociais. Faço esse apelo, Sr. Presidente, a cada deputado, a cada deputada, a cada partido político com assento na Assembleia Legislativa. É importante toda a pressão contra o ajuste fiscal.

Isso é só o começo, o PLP 257. Vem aí a reforma da Previdência contra os trabalhadores, vem aí a aprovação da PEC 241, que impõe gasto para investimento em Saúde, em Educação, em Previdência e em Segurança, vem aí a segunda votação da DRU, Desvinculação das Receitas da União, um dos maiores ataques aos trabalhadores da história deste País. A Assembleia Legislativa não pode se calar. Ela tem que reagir veementemente.

Se o projeto nº 257 for aprovado no Congresso Nacional - espero que não, e tudo faremos para que ele não seja aprovado - haverá também uma votação na Assembleia Legislativa. O governador Geraldo Alckmin precisa da aprovação de um projeto semelhante.

Se ele aderir - e vai aderir, logicamente - à renegociação da dívida, a Assembleia Legislativa vai passar por um processo de desgaste, porque vai ter que aprovar um projeto de lei semelhante, contra todos os servidores do estado de São Paulo, inclusive os da própria Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Itamar Borges, anuncia o cancelamento da sessão solene convocada para o dia 8 de agosto de 2016, às 20 horas, com a finalidade de comemorar o "Dia do Agricultor".

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Afonso Lobato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, venho dar sequência ao pronunciamento que fiz ontem, quando falava da importância do debate neste ano sobre temas locais.

Chegou o momento em que o desenvolvimento deve ser local, integrado e sustentável. É necessário buscar o desenvolvimento sustentável, através da sustentabilidade econômica, mas também da sustentabilidade social e ambiental.

Lembrava ainda dos grandes temas nacionais, tal qual foi discutido há pouco pelo nobre deputado Carlos Giannazi. Eles não podem se sobrepor aos temas locais, à importância de se entender que o homem, o alvo principal da ação política, deve ter nossa atenção, especialmente os idosos e as crianças. Isso se torna possível no município com ações concretas, que sejam eficazes, mas que sejam também eficientes e efetivas. Ou seja, ações que possam trazer resultados efetivos para mudar a vida das pessoas que são alvo de nossas ações.

O tema de hoje é relevante. Talvez o maior desafio que o País vive hoje seja a questão do emprego. Temos mais de 11 milhões de desempregados no País, e os municípios vão ter a árdua tarefa de contribuir no enfrentamento dessa crise socio-econômica, política e ética pela qual passamos. Os municípios vão ter que usar de toda sua criatividade.

Há algumas experiências que são importantes, que acredito que podem ser estudadas. Experiências já desenvolvidas nos municípios, que ocorrem através da criatividade, das ações de criação de políticas novas e inovadoras nos municípios.

Falo, por exemplo, de programas de minidistritos industriais. Neles, a atenção se volta ao pequeno empreendedor, àquele empreendedor que quer começar o seu negócio, que precisa de um pequeno espaço para iniciá-lo.

Os minidistritos industriais possibilitam que, com poucos investimentos, seja possível oferecer um espaço para esse empreendedor que vai iniciar seus negócios. Em especial para aquela pessoa que se aposentou, tem um pequeno fundo e vislumbra uma possibilidade de negócio. Também para o jovem que está na faculdade e conclui que o alvo de seus estudos pode também se transformar em um produto ou serviço inovador, principalmente na área de T.I., ocupando o espaço das redes sociais.

Isso possibilita a criação das "startups", experiências já repetidas em Nova Iorque e outras cidades de países desenvolvidos que procuram criar ambientes para jovens e adolescentes. O adolescente que ainda está cursando a escola média ou profissionalizante, como as nossas Etec's, tem a oportunidade de - em um ambiente orientado, com suporte e sem custos - colocar a sua ideia, que foi desenvolvida em sua escola ou universidade.

Portanto, as "startups" são grandes desafios e soluções. É a chamada economia criativa, em que as pessoas podem desenvolver novas estratégias, oferecendo soluções inovadoras. Busca-se ainda melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Hoje, o emaranhado burocrático de que o País dispõe, em especial para a abertura e encerramento de empresas, consome muito tempo. Há um desestímulo. No Brasil gasta-se muito tempo para abrir uma empresa, por menor que ela seja. É um processo lento, moroso. Isso desestimula empresários e empreendedores que querem iniciar os seus negócios.

De outro lado, também desestimula a vinda de capital externo para o País, porque esse emaranhado burocrático irá criar uma situação de custos enormes. A relação de confiança - que é a principal relação que deve nortear os negócios - com o governo e o Estado é dificultada pela burocracia.

Devemos buscar a agilidade dos procedimentos, tanto na abertura quanto no fornecimento de alvarás de construção, de localização e nas consultas prévias. Em outro aspecto, devemos ter uma legislação que seja claramente entendida. Só em relação ao ICMS, por exemplo, há mais de mil leis e orientações. Nesse emaranhado, fica difícil surgir novos negócios. Se surgem, eles têm dificuldades para se manter.

Sr. Presidente, os grandes problemas que discutimos, como os problemas sociais, econômicos e ambientais, passam necessariamente pela resolução do desemprego. A questão do emprego é o grande desafio para dar estabilidade econômica, social e desenvolvimento ao País.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini.
O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados: quero destacar, hoje, o artigo publicado pelo jornal "O Estado de S. Paulo", de autoria do Sr. Benedito Marques Bollouk Filho, advogado e grão-mestre estadual do Grande Oriente de São Paulo, representante de mais de 24 mil maçons presentes em centenas de municípios paulistas.

O artigo diz o seguinte:

"Pela conjunção de uma série de fatores, o Brasil passa pelo que alguns chamam de "era dos escândalos". Seja na TV ou no rádio, nos jornais ou no computador, na fila do banco ou nas conversas do trabalho, somos bombardeados diariamente por incontáveis manchetes e notícias sobre corrupção, envolvendo empresas, partidos e a classe política em geral.

Há quem atribua esse fato a uma escalada dos esquemas que desviam recursos públicos, enquanto outros entendem que estamos assistindo a um aumento sistemático da força empreendida em investigar e tornar públicos esses crimes. De uma maneira ou de outra, a verdade é que vivemos um momento político ímpar.

Nunca se falou tanto em corrupção, assim como nunca antes uma bandeira contra ela foi levantada por parcela tão expressiva da população. Extirpar esse câncer que corrói o tecido social de nossa Pátria passou a ser questão de honra para muitos, em razão do esclarecimento da consciência cívica dos brasileiros.

Esse protagonismo político, norteador pela visão da política como ferramenta única de transformação social, não pode ser visto como algo simples, sem interesse ou importância. Como dizia Platão, "a desgraça dos que não gostam da política é que são governados pelos que gostam". Alguns não só gostam, como usam a política em proveito próprio - e são esses que devem ser banidos da vida pública.

É assim, fazendo parte desse coro que clama por medidas emergenciais de mudança, que a Maçonaria do Estado de São Paulo busca seu protagonismo e o resgate do seu passado histórico de lutas e conquistas para a construção da nossa Pátria. A Ordem Maçônica esteve presente em momentos fundamentais da nossa História, como a Independência do Brasil, a Proclamação da República, a abolição da escravidura, a redemocratização do País e outros eventos marcantes, sempre ativa e coadjuvante no progresso e na evolução de nossa gente e de nossa Pátria.

Hoje lutamos pela mudança desse cenário caótico, tornando público o ímpeto da Maçonaria de estar inserida, juntamente com outras organizações da sociedade civil, no mesmo coro por uma renovação nacional. Com esse foco os maçons paulistas instituiram e têm aplicado sistematicamente o Grupo Estadual de Ação Política (Geap-SP). Essa iniciativa reúne associados das três Obediências Maçônicas do Estado, do Grande Oriente de São Paulo (Gosp), da Grande Loja do Estado de São Paulo (Glesp) e do Grande Oriente Paulista (GOP), e tem um objetivo único e simples: lutar para a construção de uma classe política brasileira composta por pessoas dotadas de valores éticos e comprometidas com a Pátria e o bem comum. Entendemos que o Brasil é um país promissor, que necessita investir na educação de base para o surgimento de uma nova geração comprometida com esses nobres princípios.